



Simulado Nacional **TCU** Pós-Edital

Simulado Especial

Simulado Nacional TCU – Pós-Edital

Nome:

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TCU;
- 2 – A prova contém **100 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora, com 05 alternativas.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:00 às 12:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-TCU-05-03-22>

01 – A B C D E	26 – A B C D E	51 – A B C D E	76 – A B C D E
02 – A B C D E	27 – A B C D E	52 – A B C D E	77 – A B C D E
03 – A B C D E	28 – A B C D E	53 – A B C D E	78 – A B C D E
04 – A B C D E	29 – A B C D E	54 – A B C D E	79 – A B C D E
05 – A B C D E	30 – A B C D E	55 – A B C D E	80 – A B C D E
06 – A B C D E	31 – A B C D E	56 – A B C D E	81 – A B C D E
07 – A B C D E	32 – A B C D E	57 – A B C D E	82 – A B C D E
08 – A B C D E	33 – A B C D E	58 – A B C D E	83 – A B C D E
09 – A B C D E	34 – A B C D E	59 – A B C D E	84 – A B C D E
10 – A B C D E	35 – A B C D E	60 – A B C D E	85 – A B C D E
11 – A B C D E	36 – A B C D E	61 – A B C D E	86 – A B C D E
12 – A B C D E	37 – A B C D E	62 – A B C D E	87 – A B C D E
13 – A B C D E	38 – A B C D E	63 – A B C D E	88 – A B C D E
14 – A B C D E	39 – A B C D E	64 – A B C D E	89 – A B C D E
15 – A B C D E	40 – A B C D E	65 – A B C D E	90 – A B C D E
16 – A B C D E	41 – A B C D E	66 – A B C D E	91 – A B C D E
17 – A B C D E	42 – A B C D E	67 – A B C D E	92 – A B C D E
18 – A B C D E	43 – A B C D E	68 – A B C D E	93 – A B C D E
19 – A B C D E	44 – A B C D E	69 – A B C D E	94 – A B C D E
20 – A B C D E	45 – A B C D E	70 – A B C D E	95 – A B C D E
21 – A B C D E	46 – A B C D E	71 – A B C D E	96 – A B C D E
22 – A B C D E	47 – A B C D E	72 – A B C D E	97 – A B C D E
23 – A B C D E	48 – A B C D E	73 – A B C D E	98 – A B C D E
24 – A B C D E	49 – A B C D E	74 – A B C D E	99 – A B C D E
25 – A B C D E	50 – A B C D E	75 – A B C D E	100 – A B C D E

CONHECIMENTOS BÁSICOS
LÍNGUA PORTUGUESA

Janaína Arruda

01. Observe o poema a seguir:

"Na janela, um pássaro

Paralisei no canto

Assim, encantado

Sem saber se fico mudo

Ou se, às pressas, me mudo

para suas asas."

Esse poema é construído com base em um mecanismo estilístico que, em textos não literários, pode ser considerado um desvio de norma culta, que é:

- a) a falta de vírgula após o termo "paralisei";
- b) a redundância na expressão "mudo";
- c) a ambiguidade no termo "canto";
- d) o emprego do sinal indicativo de crase em "às pressas";
- e) o emprego ambíguo no uso do pronome "suas".

02. Denis Diderot, escritor e filósofo francês, disse o seguinte: "Engolimos de uma vez a mentira que nos adula e bebemos gota a gota a verdade que nos amarga.".

A opção correta sobre a estrutura lógica desse pensamento é:

- a) aceitamos melhor a verdade, custe o que custar;
- b) a verdade dita pelos outros demora a ser aceita;
- c) aceitamos a mentira da mesma forma que a verdade;
- d) recebemos melhor aquilo que faz bem ao ego, **sendo verdade ou não;**

e) a mentira sempre nos fará mal, independe de quem a conte.

03. "Engolimos de uma vez a mentira que nos adula e bebemos gota a gota a verdade que nos amarga".

A modificação possível e que mantém o sentido e a correção desse texto é:

- a) flexionar o verbo "engolir" na 3ª pessoa do singular, acrescido da partícula "se";
- b) inserir vírgula antes do pronome "que";
- c) substituir o artigo definido pelo indefinido "uma" antes de "mentira" e "verdade";
- d) substituir o conectivo "e" por "mas";
- e) acrescentar hífen na expressão "gota a gota".

04.

"O futuro tem muitos nomes.

Para os fracos é o inalcançável.

Para os temerosos, o desconhecido.

Para os valentes é a oportunidade."

Victor Hugo

Esse poema traz a seguinte mensagem:

- a) a incerteza do futuro permite distintas interpretações;
- b) nada é mais incerto que o futuro;
- c) o futuro depende do que cada um faz hoje;
- d) temer o futuro é condição necessária para ver a oportunidade;
- e) oportunidade e futuro são termos que se contrapõem.

05.

“O futuro tem muitos nomes.
Para os fracos é o inalcançável.
Para os temerosos, o desconhecido.
Para os valentes é a oportunidade.”

Victor Hugo

Esse poema é construído a partir de um pensamento dedutivo, que parte da ideia geral para o particular, assim como:

- a) Cães, gatos, pássaros, leões são mortais, logo, todo animal é mortal;
- b) Segunda, terça, quarta, quinta, sexta, sábado e domingo são dias da semana e, por isso, têm 24 horas;
- c) A Nova de Lei de Licitações se aplica em todo Brasil, logo, também se aplica no Ceará;
- d) João administra dinheiro público, logo, terá suas contas julgadas pelo TCU, responsável por tal controle;
- e) Se 90% dos processos a serem analisados são cumpridos em tempo hábil, então o TCU é um órgão eficiente.

06. Em um trecho de notícia sobre a atuação do TCU, “o titular da Coordenadoria-Geral de Controle Externo da Área Econômica e das Contas Públicas (Coeconomia), Tiago Dutra, destacou que o TCU acredita que uma administração tributária municipal forte é fundamental para construir um sistema tributário justo, eficiente e sustentável.”.

Esse parágrafo é formulado com uma forma de oração chamada reduzida (sublinhada). Se substituíssemos essa oração por sua forma desenvolvida, a opção correta seria:

- a) para que se construa um sistema tributário justo, eficiente e sustentável.
- b) para que seja um sistema tributário justo, eficiente e sustentável.

c) à construção de um sistema tributário justo, eficiente e sustentável.

d) de que se construa um sistema tributário justo, eficiente e sustentável.

e) que se construa um sistema tributário justo, eficiente e sustentável.

07. Assinale a alternativa abaixo na qual a palavra sublinhada qualifica o termo posterior:

- a) Irresignado com essa deliberação, o embargante sustenta haver contradição e omissão no Acórdão precitado;
- b) Ao recorrente que não foi admitido como parte no processo, haja vista que não demonstrou razão legítima para ser habilitado nos autos, não cabe o exercício de prerrogativas processuais;
- c) O Plenário desta Casa de Contas: i) conheceu da denúncia e considerou-a parcialmente procedente;
- d) Que o Tribunal de Contas da União tome as providências necessárias para que o PNDACT seja mantido como originalmente concebido;
- e) Ato contínuo, foram carreados aos autos documentos/informações mediante os quais o denunciante ratificou o pedido trazido na peça vestibular.

Simulado Nacional TCU – Pós-Edital – 05/03/22

08. Não há fundamento jurídico para o aproveitamento, em nova aposentadoria, de tempo de serviço já utilizado em aposentadoria anterior, ainda que objeto de renúncia. Contudo, em caráter excepcional, podem ser registradas as concessões efetuadas à época em que a desaposentação era amplamente admitida na Administração Pública, considerando o disposto no item 9.2.1 do Acórdão 2.126/2018 Plenário e em homenagem ao princípio da proteção da confiança dos administrados.

Disponível em <

https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/jurisprudencia-selecionada/*?KEY:JURISPRUDENCIA-SELECCIONADA-64465/score%20desc,%20COLEGIADO%20asc,%20ANOACORDA%20desc,%20NUMACORDAO%20desc/0/sinonimos%3Dtrue >

O texto acima, em termos de predominância quase absoluta, deve ser classificado como:

- a) descriptivo-narrativo;
- b) informativo;
- c) dissertativo-expositivo;
- d) dissertativo-argumentativo;
- e) injuntivo.

09. A frase em que se mostra adequada à norma culta é:

- a) Com o objetivo de informar a sociedade, devem o MME apresentar estudos de impactos econômicos e financeiros;
- b) Outra determinação foi direcionado ao Conselho Nacional de Política Energética, que deve explicar o que motivou as seguintes escolhas públicas;
- c) Dentre as recomendações ao MME, está a inclusão de uma cláusula, no contrato de concessão das usinas;
- d) Ao conduzir a celebração de novos contratos de concessão de usinas hidrelétricas, o TCU recomendou que o Ministério avalia outros referenciais;

e) O Tribunal orienta que os benefícios tributários decorrentes da nova legislação seja incorporado ao valor adicionado dos novos contratos.

10. "Como relatado pelo ministro Cedraz, e reforçado pelos demais ministros, foram identificadas diversas fragilidades no edital."

Mantendo-se o sentido original, o trecho sublinhado pode ser adequadamente substituído por:

- a) Mesmo que relatado pelo ministro Cedraz e corroborado pelos demais ministros;
- b) Haja vista o relato do ministro Cedraz e o apontamento dos demais ministros;
- c) Porque relatado pelo ministro Cedraz e sinalado pelos demais ministros;
- d) Conforme relatado pelo ministro Cedraz e da mesma forma que corroborado pelos demais ministros;
- e) Sempre que relatado pelo ministro Cedraz e corroborado pelos demais ministros.

LÍNGUA INGLESA

William Magalhães

11. FGV – 2008 – Senado Federal – Operador de TV

TEXT I

Beware the power of the blog

Companies may not like blogs, but if they ignore them they may be inviting some PR disasters

The number of blogs on the internet is doubling every five months, according to blog-tracking site Technorati. The total is now around 20 million, with around 1.3 million posts made each day. Most are no more interesting than overhearing another person's telephone call, but there are exceptions that can have a remarkable impact.

(from <http://www.computing.co.uk/itweek/comment/2145491/beware-power-blog>, retrieved on September 24th, 2008)

According to the text, blogs are

- a) Selling.
- b) Increasing
- c) Diminishing.
- d) Agitating.
- e) Contaminating.

12. FGV – Senado Federal – Analista de Relações Públicas

Half the nation, a hundred million citizens strong



EVER since it was first spotted amid the factory smoke of western Europe's industrialising nations, the middle class has borne the hopes for progress of politicians, economists and shopkeepers alike. It remains hard to define, and attempts to do so often seem arbitrary. But in Brazil, the middle class describes those with a job in the formal economy, access to credit and ownership of a car or motorbike. According to the Fundação Getulio Vargas (FGV), a research institute, this means households with a monthly income ranging from 1,064 reais (\$600) to 4,561 reais. Since 2002, according to FGV, the proportion of the population that fits this description has increased from 44% to 52%. Brazil, previously notorious for its extremes, is now a middle-class country.

This social climbing is a feature mainly of the country's cities, reversing two decades of stagnation that began at the start of the 1980s. Marcelo Neri of FGV suggests two factors behind the change. The first is education. The quality of teaching in Brazil's schools may still be poor, but those aged 15-21 now spend on average just over three more years studying than their counterparts did in the early 1990s.

The second is a migration of jobs from the informal "black" economy to the formal economy. The rate of formal job creation is accelerating, with 40% more created in the year to this July than in the previous 12 months, which itself set a record. Together with cash transfers to poor families, this helps to explain why - in contrast with economic and social development in India or China - as Brazil's middle class has grown, so the country's income inequality has lessened.

Entering the middle class brings a predictable taste for yogurt and other luxuries. But when shopping, middle-class Brazilians are more conscious of status than middle-class North Americans or Europeans. "These are people who may ordinarily serve others," says Nicola Calicchio from McKinsey, a consultancy, "so being attended to by someone is very important to them." Middle-class Brazilians may avoid the glitzy stores that cater to the rich, but they do not want their surroundings to look cut-price either. That may be true elsewhere, too, but a sensitivity to surroundings - not wanting to be made to feel cheap - is particularly marked in Brazil.

(http://www.economist.com/world/americas/displaystory.cfm?story_id=12208726)

In "the middle class has borne the hopes" (lines 2)

borne is the past participle of the verb

- a) Bare.
- b) Born.
- c) Bore.
- d) Bear.
- e) Board

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Elisabete Moreira

13. A Primeira Grande Guerra Mundial e a Grande Depressão foram os marcos da crise do mercado e do Estado Liberal. Surge em seu lugar um novo formato de Estado, denominado Estado do Bem-Estar Social, que assume um papel decisivo na promoção do desenvolvimento econômico e social. Selecione as sentenças erradas sobre a evolução e crise do Estado do Bem-Estar Social.

- I. O Estado passa a desempenhar um papel estratégico na coordenação da economia, promovendo poupança forçada e o desenvolvimento econômico.
- II. O Estado desenvolve políticas redistributivas de renda.
- III. O Estado do Bem-Estar Social acabou gerando uma crise fiscal, pois os seus custos ultrapassaram a capacidade de financiamento do setor público.
- IV. O Estado do Bem-Estar Social terceirizou os serviços de saúde, ampliando sua cobertura e qualidade de atendimento.
- V. O Estado do Bem-Estar Social foi marcado pelo modelo de administração pública burocrática.

Escolha a opção correta.

- a) I, II, V
- b) II, III
- c) II, IV
- d) III
- e) IV

14. São valores basilares da nova Gestão Pública:

- a) eficiência e universalização.
- b) efetividade e equidade.
- c) eficiência e justiça distributiva.
- d) eficiência e qualidade.
- e) efetividade e desenvolvimento humano.

<p>15. Sobre as políticas públicas, assinale a única opção correta.</p> <p>a) A agenda governamental é composta, entre outras coisas, por temas que expressam interesses e valores, originados estritamente dos atores sociais.</p> <p>b) Uma demanda só passa a constituir um item da agenda governamental quando se torna um problema político.</p> <p>c) A implementação de uma política pública ocorre automaticamente, tão logo as decisões estejam tomadas</p> <p>d) A implementação corresponde à execução de decisões anteriores, não abrangendo a tomada de decisões, que ocorre em uma outra fase das políticas públicas.</p> <p>e) Ao contrário do processo de decisão, a implementação não inclui elementos políticos, já que compete estritamente aos agentes da burocracia.</p>	<p>17. Corujinha desconta um título de crédito com valor nominal de R\$ 18.000,00 20 dias antes do seu vencimento, segundo as regras do desconto bancário, à taxa simples de desconto de 6% ao mês.</p> <p>Sobre a operação da Corujinha, houve cobrança de IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), com alíquota simples de 3% ao ano. Houve ainda a cobrança de uma taxa fixa de serviço bancário de 2%.</p> <p>Sabendo-se que essas duas cobranças incidiram sobre o valor nominal do título de Corujinha. Diante do exposto, o valor que Corujinha recebeu foi de:</p> <p>a) R\$ 16.380,00 b) R\$ 16.587,60 c) R\$ 16.678,00 d) R\$ 16.890,00 e) R\$ 17.030,00</p>
--	---

MATEMÁTICA FINANCEIRA

Carlos Henrique

16. Juliana passou no concurso do TCU (estudando no Estratégia Concursos, obviamente!) e, ao receber o seu primeiro salário, resolveu aplicar um certo capital a juros simples. O capital produz o montante de R\$ 14.400,00 em cinco meses e, em oito meses, esse montante passa a valer R\$ 15.360,00.

Nessas condições, pode-se concluir que a taxa de juros aplicada ao capital de Juliana é:

- a) 2,10% a.m.;
- b) 2,22% a.m.;
- c) 2,35% a.m.;
- d) 2,40% a.m.;
- e) 2,50% a.m..

18. Joana tomará um empréstimo em um sistema misto de amortização de financiamentos em que cada prestação é a média aritmética entre as prestações correspondentes nos sistemas SAC e Price, nas mesmas condições.

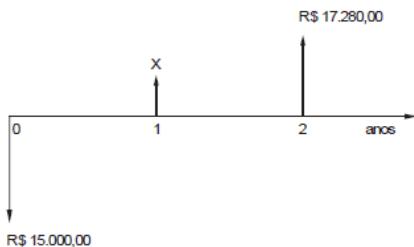
O empréstimo de R\$ 60.000,00 será quitado em 6 prestações mensais, sendo a primeira delas paga um mês após a contratação do empréstimo. A taxa efetiva de juros utilizada é de 7% a.m..

Portanto, Joana pagará, na primeira prestação, o valor de:

$$\text{Dado: } 1,07^5 = 1,4 \\ 1,07^6 = 1,5$$

- a) R\$ 12.600,00
- b) R\$ 13.400,00
- c) R\$ 14.200,00
- d) R\$ 13.600,00
- e) R\$ 14.800,00

19. Considere o fluxo de caixa abaixo, que se refere a um projeto cujo desembolso inicial foi de R\$ 15.000,00.



A uma taxa de atratividade de 20% ao ano, o índice de lucratividade do projeto tem valor de 1,6. Nessas condições, o valor de X é

- a) R\$ 14.600,00
- b) R\$ 15.000,00
- c) R\$ 14.800,00
- d) R\$ 14.400,00
- e) R\$ 14.200,00

20. A empresa Nosferatu Concursos pega um empréstimo e tem que realizar doze pagamentos mensais, iguais e sucessivos, no valor de R\$ 10.000,00 cada, sendo o primeiro deles ao final do primeiro mês. Tendo problemas de caixa, essa empresa deseja substituir esses pagamentos por um único a vencer ao final do décimo terceiro mês. Se a taxa de juros compostos do financiamento é de 10% ao ano, o valor que mais se aproxima desse pagamento único é

- a) R\$ 200.040,00
- b) R\$ 213.843,00
- c) R\$ 235.227,00
- d) R\$ 256.758,00
- e) R\$ 286.549,00

i = 10% ao período

n	a(n, i)	s(n, i)
12	6,8137	21,3843
16	7,8237	35,9497
17	8,0216	40,5447
18	8,2014	45,5992

CONTROLE EXTERNO

Herbert Almeida

21. Os tribunais de contas são órgãos de controle externo, encarregados da proteção do patrimônio público. São competências dos tribunais de contas, entre outras, emitir parecer prévio sobre as contas prestadas anualmente pelo Chefe do Poder Executivo e julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por recursos públicos. Porém, em relação às contas do responsável pela gestão do próprio Tribunal de Contas, não há disposição expressa na Constituição Federal.

Sobre esse tema, considerando as disposições da Constituição Federal, da legislação e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, marque a opção correta.

- a) Segundo o STF, em respeito ao princípio da segregação de funções e da separação dos poderes, as contas de todos os tribunais de contas devem ser julgadas pelo Poder Legislativo do respectivo ente da Federação.
- b) É inconstitucional a exigência legal de que a comissão mista permanente de senadores e deputados, prevista na Constituição Federal, deverá emitir parecer sobre as contas dos tribunais de contas.
- c) As contas prestadas anualmente pelos tribunais de contas dos municípios, que são órgãos estaduais, deverão ser julgadas pelo Tribunal de Contas do Estado, não se admitindo que o julgamento seja realizado pela Assembleia Legislativa.
- d) De acordo com o STF, as contas do Tribunal de Contas da União deverão receber parecer prévio do próprio TCU, competindo ao Congresso Nacional a realização do julgamento.

<p>e) As contas dos tribunais de contas municipais, onde houver, serão necessariamente julgadas pelo próprio Tribunal, uma vez que as câmaras municipais somente gozam de competência para julgar as contas dos prefeitos.</p> <p>22. Sobre as contas do chefe do Poder Executivo, marque a alternativa correta.</p> <p>a) O prazo constitucional para a emissão do parecer prévio é cabal, motivo pelo qual a ausência de emissão de parecer prévio, no prazo definido, autoriza a realização do julgamento das contas do chefe do Poder Executivo, independentemente da emissão da opinião da Corte de Contas.</p> <p>b) A deliberação da Câmara de Vereadores sobre as contas do chefe do Poder Executivo local há de respeitar o princípio constitucional do devido processo legal, sob pena de a resolução legislativa importar em transgressão ao sistema de garantias consagrado pela Constituição Federal.</p> <p>c) O parecer prévio é peça técnica de natureza opinativa para as contas do Presidente da República e vinculante para as contas dos prefeitos municipais.</p> <p>d) Caso a Câmara Municipal tenha a intenção de julgar irregular as contas do prefeito municipal, a deliberação exigirá o quórum qualificado de dois terços dos seus membros.</p> <p>e) O Tribunal de Contas da União não deverá conceder o contraditório e ampla defesa na apreciação das contas do Presidente da República, uma vez que o parecer prévio tem caráter meramente opinativo.</p>	<p>23. Considere as seguintes situações hipotéticas:</p> <p>I. A União transferiu recursos, mediante convênio, para o município Alfa, para a construção de uma ponte.</p> <p>II. A União recebeu e transferiu os recursos decorrentes de <i>royalties</i> de exploração de petróleo, devidos ao estado Beta.</p> <p>Considere que o TCE do Estado Beta é encarregado de fiscalizar tanto o município Alfa como o Estado Beta.</p> <p>Sobre essas situações, é correto afirmar que:</p> <p>a) No primeiro caso, a competência para a realização da fiscalização dos recursos transferidos pertence ao Tribunal de Contas do Estado, afastando-se a atribuição do TCU.</p> <p>b) No segundo caso, a competência fiscalizatória pertence ao Tribunal de Contas do Estado Beta, uma vez que se trata de transferência obrigatória.</p> <p>c) Nos dois casos, a competência para fiscalizar a aplicação dos recursos será concorrente, entre o TCU e o TCE.</p> <p>d) No primeiro caso, a competência para fiscalizar a aplicação será do TCE, enquanto no segundo a competência será do TCU.</p> <p>e) No primeiro caso, a Controladoria-Geral da União não poderá realizar fiscalização, sob pena de ofender a autonomia do ente municipal.</p>
---	---

Simulado Nacional TCU – Pós-Edital – 05/03/22

24. José apresentou denúncia perante o Tribunal de Contas da União para a realização de vistoria em empresa supranacional, de cujo capital social a União participava de forma indireta. Contudo, após deliberação da Corte de Contas, decidiu-se pela impossibilidade de apuração dos fatos.

A decisão da Corte de Contas estaria:

- a) correta, se fundamentada no fato de a União possuir participação indireta, uma vez que o TCU somente poderia realizar a fiscalização se a participação fosse direta.
- b) incorreta, pois o TCU poderá exercer o controle de entidades supranacionais em qualquer hipótese, exceto se o controle acionário da União fosse minoritário.
- c) incorreta, uma vez que as empresas supranacionais são fiscalizadas pelo TCU, sendo a participação da União de forma direta ou indireta, e existindo ou não previsão no tratado constitutivo.
- d) correta, pois somente o Congresso Nacional poderá exercer esse tipo de controle, pois a Constituição Federal não prevê qualquer competência para o TCU fiscalizar empresas supranacionais.
- e) correta, se fundamentada no fato de não existir previsão no tratado constitutivo para a fiscalização do TCU.

25. Considerando a jurisprudência do STF, marque a opção correta.

- a) As decisões do TCU sobre a constitucionalidade de leis e atos normativos do poder público possuem eficácia vinculante e erga omnes, no âmbito de toda a administração pública federal, por se tratar de processo de natureza objetiva.
- b) A apreciação das contas de governo dos prefeitos será exercida pelas Câmaras Municipais, com o auxílio dos Tribunais de Contas competentes, cujo parecer prévio somente deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos vereadores, mas o julgamento das contas de gestão dos Prefeitos caberá ao respectivo Tribunal de Contas.
- c) O município prejudicado tem competência concorrente com o Estado-Membro para mover a ação de execução de crédito decorrente de multa aplicada por Tribunal de Contas estadual a agente público municipal, em razão de danos causados ao erário municipal.
- d) Os tribunais de contas têm o prazo de cinco anos, a contar da chegada do processo à respectiva Corte de Contas, para julgar a legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão, mas nesse tipo de processo não haverá concessão de contraditório e ampla defesa.
- e) O TCU somente terá competência para quebrar o sigilo bancário quando se tratar de instituições financeiras públicas, em relação aos financiamentos concedidos com recursos públicos.

Simulado Nacional TCU – Pós-Edital – 05/03/22

- 26.** De acordo com a Constituição Federal, o Tribunal de Contas da União deverá encaminhar relatório de suas atividades. Sobre o tema, pode-se afirmar que:
- a) os referidos relatórios têm a natureza de prestação de contas, motivo pelo qual o Congresso Nacional deverá apreciá-los e julgá-los, no prazo constitucional.
 - b) o TCU deverá apresentar relatórios quadrimestrais e anuais sobre as suas atividades, mas tais relatórios não têm natureza de prestação de contas anual.
 - c) esses relatórios, além de permitirem que o Legislativo possa acompanhar o desempenho das atribuições do Tribunal de Contas, também se destinam a expor ao Legislativo a situação das finanças públicas administradas pelos órgãos e entidades governamentais.
 - d) os relatórios devem ser enviados Supremo Tribunal Federal e ao Ministério Público, para que estes possam avaliar o desempenho do Tribunal de Contas da União.
 - e) os referidos relatórios são enviados de forma consolidada pelo TCU, com informações de atividades de todos os tribunais de contas, incluindo os estaduais, uma vez que não existe disposição semelhante para as cortes de contas dos estados.
- 27.** Sobre a quitação e o parcelamento do débito imputado pelo TCU, pode-se afirmar que:
- a) admite-se o parcelamento do débito somente quando comprovada boa-fé na conduta do responsável.
 - b) a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor.
- c) será admitido o parcelamento, ainda que o processo já tenha sido remetido para a cobrança judicial.
 - d) o pagamento integral do débito ou da multa importará em modificação do julgamento quanto à irregularidade das contas.
 - e) o parcelamento não poderá ser realizado em qualquer fase do processo, uma vez que somente será admitido até o vencimento do prazo fixado na citação para a apresentação das alegações de defesa ou realização do recolhimento da importância devida.
- 28.** Maria requisitou a sua aposentadoria em cargo público federal, sujeito ao regime próprio de previdência social. Alguns meses após o deferimento do pedido, o processo foi remetido ao Tribunal de Contas da União, que deferiu o registro, em novembro de 2016. Porém, uma investigação do sistema de controle interno identificou que Maria não fazia jus à aposentadoria, uma vez que subornou alguns agentes públicos para a emissão de certidões falsas, que indicavam a realização de contribuições que, na verdade, não foram recolhidas. Em dezembro de 2021 o TCU tomou conhecimento da irregularidade. Nessa situação, considerando as disposições do Regimento Interno do TCU e da legislação aplicável, pode-se afirmar que:
- a) não será possível desfazer o ato, em virtude do decurso do prazo de cinco anos, desde a concessão do registro, hipótese em que ocorreu a decadência do direito de anular o ato.
 - b) será possível desfazer o ato, mediante acórdão do Tribunal de Contas da União, independentemente de oitiva de Maria, uma vez que se trata de ato administrativo complexo.

Simulado Nacional TCU – Pós-Edital – 05/03/22

<p>c) a anulação do ato dependerá de ação rescisória, perante o Poder Judiciário, uma vez que decaiu o direito da administração e do TCU de anular o ato ilegal.</p> <p>d) o acórdão que considerou legal o ato e determinou o registro não fez coisa julgada administrativa e, na hipótese mencionada, poderá ser revisto a qualquer tempo, com a oitiva do Ministério Público e de Maria, observando-se também a participação do órgão público de origem, uma vez que se trata de ato complexo que já havia se aperfeiçoado.</p> <p>e) não se pode falar em desfazimento do ato, uma vez que se trata de ato administrativo complexo, que não se aperfeiçoa enquanto não decorrido o prazo de cinco anos desde a concessão do pedido perante o órgão de origem.</p> <p>29. Considere as seguintes situações hipotéticas:</p> <p>I. Em processo de monitoramento, o TCU reafirmou a necessidade de implementação de determinações exaradas em processo de julgamento das contas ordinárias do responsável.</p> <p>II. O Ministério Público junto ao TCU entendeu que a deliberação decorrente de anterior oposição de embargos de declaração apresentava omissão sobre determinado ponto objeto de questionamento.</p> <p>III. Após identificação de dano ao erário em processo de fiscalização, o Tribunal determinou a conversão do processo em tomada de contas especial, determinando também a realização da citação dos responsáveis.</p> <p>Sobre os recursos, pode-se afirmar que:</p> <p>a) na primeira hipótese, será cabível a apresentação de pedido de reexame.</p> <p>b) na segunda hipótese, o Ministério Público junto ao TCU não poderia opor novos embargos de</p>	<p>declaração, uma vez que não são conhecidos recursos de mesma espécie.</p> <p>c) contra a conversão do processo em tomada de contas especial caberá a apresentação de recurso de reconsideração.</p> <p>d) no primeiro, caberia a apresentação de recurso de reconsideração; no segundo, somente os embargos de declaração; e, no terceiro, o pedido de reexame.</p> <p>e) no primeiro caso, somente seria possível recorrer se houvesse aplicação de sanção ou rediscussão do mérito.</p> <p>30. A audiência do Ministério Público junto ao Tribunal (MPjTCU) é obrigatória na apresentação de alguns recursos, como por exemplo:</p> <p>a) no recurso de reconsideração, no recurso de revisão e no pedido de reexame sobre atos sujeitos a registro, ainda que o próprio MPjTCU tenha sido o recorrente.</p> <p>b) nos embargos de declaração, no agravo e no pedido de reexame em processo de fiscalização de ato ou contrato.</p> <p>c) no recurso de reconsideração e no pedido de reexame, em qualquer caso.</p> <p>d) no recurso de reconsideração e no recurso de revisão, salvo quando o recorrente tenha sido o próprio MPjTCU.</p> <p>e) em todos os recursos, salvo na oposição de embargos de declaração.</p>
---	--

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

31. João, grande produtor de soja, influente politicamente, foi denunciado por diversos crimes contra a ordem econômica. Em sessão plenária, mais da metade dos membros do Tribunal de Justiça se declarou em condição de suspeição, por foro íntimo, para atuação no feito. Diante do caso narrado, à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e consoante redação expressa da Constituição Federal, a competência para julgar João é

- a) do Superior Tribunal de Justiça
- b) do próprio Tribunal de Justiça, que deverá convocar desembargadores substitutos.
- c) do Tribunal Regional Federal da respectiva região.
- d) do Supremo Tribunal Federal.
- e) Juiz de Direito.

32. A respeito do Poder Legislativo, indique a assertiva correta.

- a) Consoante entendimento do Supremo Tribunal Federal, o foro por prerrogativa de função conferido aos deputados federais e senadores se aplica apenas a crimes cometidos no exercício do cargo e em razão das funções a ele relacionadas.
- b) Segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, a infidelidade partidária provoca a perda de mandato nas eleições proporcionais e nas eleições majoritárias.
- c) Conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal, é inconstitucional dispositivo regimental da Câmara dos Deputados que limita em cinco a criação simultânea de Comissões Parlamentares de Inquérito, pois constitui obstáculo à livre

atuação da função fiscalizadora da Casa Legislativa.

d) Em decorrência da imunidade parlamentar, ao Judiciário é vedado, por autoridade própria, aplicar medidas cautelares processuais descritas no artigo 319 do Código de Processo Penal.

e) A Comissão Parlamentar de Inquérito tem poderes de investigação próprios da autoridade judicial, de modo que pode, por autoridade própria, promover a busca e apreensão de documentos em ambientes domiciliares.

33. A respeito do processo legislativo constitucional, aponte a assertiva incorreta.

- a) No processo legislativo de reforma da Constituição Federal, a iniciativa popular está condicionada aos seguintes requisitos cumulativos: a) proposição subscrita por, no mínimo, 1% do eleitorado nacional; b) representatividade mínima de cinco estados da federação, com pelo menos 0,3% de seus eleitores.
- b) A Constituição estadual não pode criar outras hipóteses de reserva de lei complementar, além daquelas que já são previstas na Constituição Federal.
- c) A Constituição Federal veda a edição de medidas provisórias para regulamentação da exploração dos serviços locais de gás canalizado.
- d) A Constituição Federal veda a reedição, na mesma sessão legislativa, de medidas provisórias rejeitadas, mas essa vedação não se aplica quando a perda da eficácia se dá por decurso de prazo.
- e) Projeto de lei de iniciativa do Presidente da República, dos tribunais superiores e do Procurador-Geral da República devem ter início na Câmara dos Deputados.

Simulado Nacional TCU – Pós-Edital – 05/03/22

<p>34. A respeito da competência para legislar sobre responsabilidade por dano ao meio ambiente, indique a alternativa correta, conforme disposto na Constituição Federal.</p> <p>a) Compete privativamente à União legislar sobre dano ao meio ambiente, embora a competência para legislar sobre proteção do meio ambiente e controle da poluição seja concorrente.</p> <p>b) Sendo a responsabilidade por dano ao meio ambiente decorrente dos assuntos de interesse regional, conforme a realidade do lugar, a competência legislativa é privativa dos estados e do Distrito Federal.</p> <p>c) A União, mediante lei complementar, poderá delegar aos estados e ao Distrito Federal a competência para legislar sobre assuntos específicos pertinentes ao dano ao meio ambiente.</p> <p>d) A competência para legislar sobre dano ao meio ambiente é concorrente, cabendo à União dispor sobre as normas gerais e, aos estados, sobre as normas específicas.</p> <p>e) As normas gerais supervenientes editadas pela União acerca do tema revogam as leis estaduais nos pontos contrários.</p> <p>35. Três meses após a posse de João, Presidente da República, a Câmara dos Deputados, por decisão de 3/5 de seus membros, autorizou a abertura de processo por crime de responsabilidade contra o Chefe do Executivo. Encerrada a instrução, tendo sido cumprido o rito processual, o Senado Federal, por decisão de 61 Senadores, condenou João, fato que gerou a aplicação das penas de perda do mandato e inabilitação por oito anos.</p> <p>A respeito do caso narrado, aponte a única alternativa correta.</p>	<p>a) Em decorrência da inabilitação, pelo período de oito anos, João não poderá exercer direitos políticos ativos e nem direitos políticos passivos.</p> <p>b) O rito do processo de <i>impeachment</i> não observou o regramento constitucional, uma vez que o quórum necessário para autorizar a abertura de processo por crime de responsabilidade é o de 2/3 do total de membros da Câmara dos Deputados.</p> <p>c) No Senado Federal, 41 votos seriam suficientes para condenar o Presidente da República por crime de responsabilidade, pois o quórum exigido pela Constituição Federal é o de maioria absoluta.</p> <p>d) No processo por crime de responsabilidade, eventual condenação enseja apenas a perda do cargo, não se admitindo a aplicação de inabilitação.</p> <p>e) A competência para julgar o Chefe do Executivo por crime comum e de responsabilidade é do Supremo Tribunal Federal.</p>
--	--

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

36. Tendo por base a subconcessão de um serviço público delegado à iniciativa privada, é correto afirmar, de acordo com a Lei 8.987/1995, que:

- a) não é admitida, por força do princípio da pessoalidade e do caráter especial do contrato de concessão.
- b) será admitida, desde que o subconcessionário tenha participado do certame que deu ensejo ao contrato celebrado com o atual concessionário.
- c) É admitida a subconcessão, desde que autorizada expressamente pelo poder concedente e precedida de concorrência, sendo que o subconcessionário se sub-rogará todos os direitos e obrigações da subconcedente dentro dos limites da subconcessão.
- d) É admitida a subconcessão, desde que autorizada pelo poder concedente, expressa ou tacitamente, não se operando a sub-rogação dos direitos e obrigações do subconcedente.
- e) a outorga de subconcessão será sempre precedida de licitação, na modalidade diálogo competitivo.

37. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, a nova lei de licitações prevê a utilização de critérios de desempate e de preferência, aplicados sucessivamente, a fim de determinar o vencedor do certame.

Após a aplicação da disputa final, será utilizada(o) como critério de desempate a(o):

- a) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes.
- b) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho.

c) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

d) o fato de os bens e serviços terem sido produzidos ou prestados por empresas brasileiras.

e) o fato de os bens e serviços terem sido produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

38. Suponha que a entidade privada XPTO organizou o concurso público do órgão público Alfa, pertencente à administração direta da União. Naquele certame, os exames foram cancelados por indícios de fraude, ocasionando danos materiais aos candidatos. Neste caso, à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a matéria, é correto afirmar que:

- a) o órgão público Alfa detém responsabilidade primária sobre despesas com taxa de inscrição e deslocamento.
- b) o órgão público Alfa detém responsabilidade subsidiária sobre despesas com taxa de inscrição e deslocamento.
- c) a União responderá subsidiariamente pelos danos materiais causados, no caso de a entidade privada XPTO se tornar insolvente.
- d) a entidade privada XPTO apenas responderá se comprovada a participação de seus agentes na fraude, mediante conluio.
- e) a entidade XPTO não responde pelos danos materiais sofridos pelos candidatos em razão de a organização do certame correr sob riscos do órgão contratante.

39. João, prefeito de determinado município brasileiro, deixou de prestar contas, quando estava obrigado a fazê-lo. Considerando que havia evidências de que a omissão teve como finalidade a ocultação de irregularidades e que o prefeito dispunha das condições para o encaminhamento da prestação de contas, é correto afirmar que, de acordo com a Lei de Improbidade Administrativa, João poderá ser sancionado com a pena de:

- a) suspensão dos direitos políticos por até 4 anos.
- b) perda da função pública.
- c) pagamento de multa civil de até 24 vezes o valor da remuneração percebida pelo agente.
- d) perda dos bens acrescidos ilicitamente ao seu patrimônio.
- e) multa civil equivalente ao dano causado ao erário.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

40. Não é requisito para que a sentença proferida no estrangeiro seja executada no Brasil:

- a) haver sido proferida por juiz competente;
- b) estar traduzida por intérprete autorizado;
- c) ter sido homologada pelo Supremo Tribunal Federal;
- d) tenha sido verificada a revelia;
- e) ter passado em julgado e estar revestida das formalidades necessárias para a execução no lugar em que foi proferida

41. De acordo com o Código Civil, não se considera(m) interessado(s) para requerer a sucessão provisória:

- a) o cônjuge não separado judicialmente;
- b) os herdeiros presumidos, legítimos ou testamentários;
- c) os que tiverem sobre os bens do ausente direito dependente de sua morte;
- d) os credores de obrigações vencidas e não pagas;
- e) o Ministério Público.

42. Marque a opção que corretamente indicar um bem móvel:

- a) os direitos reais sobre imóveis e as ações que os asseguram;
- b) o terreno herdado da sucessão hereditária;
- c) a torre de energia elétrica;
- d) uma casa;
- e) os materiais provisoriamente separados de um prédio para fins de descarte.

43. Em relação à prescrição, é correto afirmar que:

- a) ela pode ocorrer incidentalmente no processo judicial, podendo também ser interrompida a qualquer tempo por até duas vezes;
- b) ela pode ocorrer incidentalmente no processo judicial, podendo também ser interrompida a qualquer tempo por quantas vezes couber;
- c) ela somente pode ser alegada como matéria preliminar em ação judicial, não ocorrendo durante o trâmite processual;
- d) a sua interrupção poderá ocorrer uma única vez, sendo vedada a sua repetição para além dessa única vez, conforme previsão legal expressa;
- e) apenas o despacho do juiz competente é capaz de interromper a prescrição.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL
Ricardo Torques

44. Analise as assertivas a seguir, a respeito da jurisdição:

- I – Na jurisdição contenciosa, o juiz decide a questão submetida à sua apreciação e profere decisão que substitui a vontade das partes;
- II – Após a instauração do processo contencioso, é vedada a autocomposição entre as partes;
- III – A jurisdição é um poder estatal divisível, decorrendo da divisibilidade a fixação de competências específicas para cada juiz.

Assinale a alternativa que aponta TODAS as assertivas corretas:

- a) I -II - III.
- b) I - II.
- c) II - III.
- d) I.
- e) III.

45. Considere a seguinte situação hipotética:

Maria propôs ação de anulação de acórdão proferido pelo Tribunal de Contas da União que foi julgada improcedente. Maria não interpôs recurso da decisão de indeferimento.

Sobre essa situação, analise as assertivas a seguir:

- I – A decisão proferida faz coisa julgada material;
- II – Caso Maria proponha nova ação idêntica, ela deverá ser extinta sem julgamento de mérito em razão da litispendência;
- III – Se Maria quiser fazer novas alegações sobre o mesmo caso, poderá propor nova ação judicial.

Assinale a alternativa que contém TODAS as assertivas corretas:

- a) I.

b) II.

c) III.

d) I - II.

e) I - III.

46. Nas ações de natureza dúplice:

- a) há litisconsórcio passivo necessário.
- b) a decisão proferida poderá ser recorrida por terceiros.
- c) o juiz poderá reconhecer prestação em favor do réu mesmo sem pedido nesse sentido.
- d) eventual assistente do autor será considerado como parte.
- e) a competência será concorrente entre mais de um juízo.

47. Recentemente, no julgamento da ADI 4.296, com acórdão publicado em 11/10/2021, o Supremo Tribunal Federal analisou a constitucionalidade de dispositivos da Lei do Mandado de Segurança, Lei n. 12.016/2009.

Sobre esse precedente, assinale a alternativa que indica dispositivo que foi declarado INCONSTITUCIONAL:

- a) Art. 1º, § 2º: Não cabe mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público.
- b) Art. 7º, III: Ao despachar a inicial, o juiz ordenará: [...] III – que se suspenda o ato que deu motivo ao pedido, quando houver fundamento relevante e do ato impugnado puder resultar a ineficácia da medida, caso seja finalmente deferida, sendo facultado exigir do impetrante

<p>caução, fiança ou depósito, com o objetivo de assegurar o ressarcimento à pessoa jurídica.</p> <p>c) Art. 7º, § 2º: Não será concedida medida liminar que tenha por objeto a compensação de créditos tributários, a entrega de mercadorias e bens provenientes do exterior, a reclassificação ou equiparação de servidores públicos e a concessão de aumento ou a extensão de vantagens ou pagamento de qualquer natureza.</p> <p>d) Art. 23: O direito de requerer mandado de segurança extinguir-se-á decorridos 120 (cento e vinte) dias, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado.</p> <p>e) Art. 25: Não cabem, no processo de mandado de segurança, a interposição de embargos infringentes e a condenação ao pagamento dos honorários advocatícios, sem prejuízo da aplicação de sanções no caso de litigância de má-fé.</p>	<p>Lei de Combate ao Crime Organizado (Lei nº 12.850/13), que:</p> <ul style="list-style-type: none">a) considerada meio de prova, poderá uma sentença condenatória ser proferida com fundamento, apenas, nas declarações do agente colaborador.b) após o acordo de colaboração, nos depoimentos que prestar, o colaborar renunciará, na presença de seu defensor, ao direito ao silêncio e estará sujeito ao compromisso legal de dizer a verdade;c) a colaboração premiada somente pode ser realizada até a publicação da sentença, de modo que qualquer auxílio após poderá apenas ser considerado como atenuante inominada;d) de modo a garantir o contraditório, as negociações para formalização do acordo de colaboração contarão com a participação do magistrado, do Ministério Público e do acusado com seu defensor, podendo, ainda, haver contribuição do delegado de polícia;e) em observância ao princípio da obrigatoriedade, a Lei nº 12.850/13 não admite que o Ministério Público requeira ao magistrado a concessão de perdão judicial ao colaborador, apesar de ser possível o requerimento pelo reconhecimento de causa de diminuição de pena.
---	---

Simulado Nacional TCU – Pós-Edital – 05/03/22

49. Tendo em vista o disposto na Lei de Lavagem de Dinheiro (Lei nº 9.613/98) e nos recentes entendimentos jurisprudenciais dos Tribunais Superiores, marque a alternativa correta:

- a) O reconhecimento da extinção da punibilidade pela prescrição da infração penal antecedente pode implicar, a depender do caso concreto, em atipicidade do delito de lavagem (art. 1º da Lei 9.613/1998).
- b) Os familiares e parentes próximos de pessoas que ocupem cargos ou funções públicas relevantes - consideradas pessoas politicamente expostas (PPE), nos termos do art. 2º, da Resolução n. 29, de 19/12/2017, do COAF - não estão sujeitas ao controle estabelecido na Lei n. 9.613/1998, a fim de ser apurada a possível prática de lavagem de dinheiro.
- c) Não é possível o deferimento de medida assecuratória em desfavor de pessoa jurídica que se beneficia de produtos decorrentes do crime de lavagem, que não integre o polo passivo de investigação ou ação penal.
- d) Nos crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, não se admite a exasperação da pena-base apenas pela valoração negativa das consequências do crime em decorrência da movimentação de expressiva quantia de recursos, que extrapole o elemento natural do tipo.
- e) No Brasil não se admite apenas a "autolavagem", ou seja, o autor do crime de lavagem de dinheiro não precisa ser necessariamente o autor da infração penal antecedente.

50. No campo da responsabilização objetiva administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, com base na Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013), está correto afirmar que

- a) a celebração do acordo de leniência isentará a pessoa jurídica das sanções previstas na Lei, bem como reduzirá o valor a ser pago na reparação do dano causado.
- b) o processo administrativo para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica será conduzido por comissão designada pela autoridade instauradora e composta por, no mínimo, 3 servidores estáveis.
- c) serão levados em consideração na aplicação das sanções a gravidade da infração, o número de participantes, o dolo ou a culpa do infrator.
- d) será aplicada às pessoas jurídicas consideradas responsáveis pelos atos lesivos, dentre as sanções previstas, a publicação extraordinária da decisão condenatória.
- e) a competência para a instauração e o julgamento do processo administrativo de apuração de responsabilidade da pessoa jurídica poderá ser delegada ou subdelegada.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
ESTATÍSTICA

Carlos Henrique

51. Uma amostra aleatória de tamanho 5 é retirada de uma população e observa-se que seus valores, quando postos em ordem crescente, obedecem a uma Progressão Aritmética.

Se a variância amostral não viciada vale 40, qual é o valor da razão da Progressão Aritmética?

- a) 3
- b) $5\sqrt{2}$
- c) 4
- d) $2\sqrt{5}$
- e) 1

52. A probabilidade de João ir à festa do CH é de 0,6 e a probabilidade de Maria ir à festa do CH é de 0,5. A probabilidade condicional de João ir à festa dado que Maria irá à festa é de 0,7. Assim a probabilidade de que João vá à festa OU Maria vá à festa é de:

- a) 60%
- b) 65%
- c) 70%
- d) 75%
- e) 80%

53. Numa amostra de 30 pares de observações do tipo (x_i, y_i) , com $i = 1, 2, \dots, 30$, a covariância obtida entre as variáveis X e Y foi -2. Os dados foram transformados linearmente da forma $(z_i, w_i) = (-3x_i + 1, 2y_i + 3)$, para $i = 1, 2, \dots, 30$.

Qual o valor da covariância entre as variáveis Z e W transformadas?

- a) 41
- b) 36
- c) -7
- d) 12
- e) 17

54. Os salários dos servidores de determinado órgão público apresentam uma distribuição normal com média R\$ 2.000,00 e variância igual a 62.500 ($R\2). Considere os valores das probabilidades $P(0 \leq Z \leq z)$ para a distribuição normal padrão:

z	0,25	0,52	0,84	1,28
$P(0 \leq Z \leq z)$	0,10	0,20	0,30	0,40

A porcentagem dos servidores que ganham salários inferiores a R\$ 1.790,00 ou salários superiores a R\$ 2.320,00 é igual a

- a) 10%
- b) 20%
- c) 30%
- d) 40%
- e) 50%

55. Três atendentes, Ana, Bia e Carla, atendem a uma demanda de 50%, 30% e 20%, respectivamente, das demandas das clientes da loja SPORTCLARIFY. Sabe-se que há erros em 5% das operações realizadas por Ana, em 3% das realizadas Bia e em 2% das realizadas Carla.

Com vistas à melhoria no atendimento aos clientes, esses caixas eletrônicos passaram por uma revisão completa que:

- I - reduziu em 25% a ocorrência de erros;
- II - igualou as proporções de erros atendentes Bia e Carla; e
- III - regulou a proporção de erros cometidos por Ana que ficou reduzida à metade da nova proporção de erros de Bia.

Considerando-se que após a conclusão do procedimento de revisão, sobreveio um erro, a probabilidade de que ele tenha ocorrido por Bia é

- a) 40%
- b) 35%
- c) 20%
- d) 25%
- e) 30%

56. A jovem cientista Corujinha decide testar uma hipótese em um experimento químico. Para testar $H_0: \mu \leq 10$ contra $H_1: \mu > 10$, sendo μ a média de uma variável populacional suposta normalmente distribuída com variância igual a 100, uma amostra aleatória simples de tamanho 25 foi obtida e resultou num valor da média amostral igual a 15,76. Diante de um nível de significância de 1%, o valor-p (nível crítico) correspondente e a decisão a ser tomada são respectivamente:

- a) 0,102 e não rejeitar H_0 .
- b) 0,102 e rejeitar H_0
- c) 2,88 e não rejeitar H_0
- d) 0,002 e rejeitar H_0 .
- e) 0,002 e aceitar H_0

57. Uma amostra aleatória de tamanho 400 revelou que 64% dos brasileiros acreditam em vida inteligente fora do planeta Terra. O intervalo de 95% de confiança para a proporção de brasileiros que acreditam em vida inteligente fora do planeta Terra é:

- a) $64\% \pm 3,8\%$
- b) $64\% \pm 4,1\%$
- c) $64\% \pm 4,7\%$
- d) $64\% \pm 5,2\%$
- e) $64\% \pm 5,8\%$

Corujinha, ao realizar um estudo sobre duas variáveis X e Y, chegou a seguinte tabela de distribuição conjunta para duas variáveis (X e Y). Diante do exposto responda às perguntas 58 e 59

	X=0	X=1	P(y)
Y=0	0,4	0,2	0,6
Y=1	0,3	0,1	0,4
P(x)	0,7	0,3	1

58. Corujinha está tentando descobrir os valores esperados das variáveis X e Y. Quais são os valores, respectivamente?

- a) 0,1 e 0,2
- b) 0,3 e 0,4
- c) 0,4 e 0,6
- d) 01, e 03,
- e) 0,5 e 0,2

59. Corujinha fez o cálculo da covariância entre X e Y. Qual o valor encontrado por Corujinha?

- a) -0,03
- b) -0,01
- c) -0,02
- d) 0,01
- e) 0,02

60. Uma instituição financeira pretende lançar no mercado um aplicativo para celular. Para isso, deseja relacionar o grau de conhecimento dos clientes com as variáveis: nível de escolaridade e idade.

Uma amostra aleatória de 46 clientes foi selecionada e, posteriormente, aplicou-se o modelo de regressão linear, sendo a variável dependente o grau de conhecimento, em uma escala crescente, e as variáveis independentes (i) o nível de escolaridade, em anos de estudo com aprovação, e (ii) a idade, em anos completos.

Os resultados obtidos para os coeficientes foram:

	Coefficientes	Erro padrão	Estatística t	valor-P
Interseção	50,7	4,1	12,4	8,5E-16
Nível de escolaridade (anos de estudo com aprovação)	4,0	0,3	12,4	9,1E-16
Idade (anos completos)	-0,6	0,1	-8,4	1,2E-10

O grau de conhecimento esperado de um cliente com 10 anos de estudos com aprovação e com 30 anos de idade completos é

- a) 108,7
- b) 94,1
- c) 54,1
- d) 72,7
- e) 86,1

ANÁLISE DE DADOS

Raphael Lacerda

61. Qual pacote na Linguagem R provê uma interface para acessar os módulos Python

- a) lang
- b) util
- c) service
- d) reticulate
- e) py_r

Simulado Nacional TCU – Pós-Edital – 05/03/22

62. Por padrão, ao fazer integração do ambiente R com o Python ele utiliza a versão instalada no PATH. Qual função R permite mudar a instalação do Python a ser utilizado?

- a) use_python
- b) use_virtualenv
- c) source_python
- d) set_python
- e) version_python

63. Na linguagem R qual função precisa ser acionada para escrever na saída "OLA MUNDO"

- a) sout("OLA MUNDO")
- b) cat("OLA MUNDO")
- c) say("OLA MUNDO")
- d) console.log("OLA MUNDO")
- e) system.out("OLA MUNDO")

64. Assinale a alternativa correta

- I - A linguagem R tornou-se popular principalmente pela facilidade de manipular modelos estatísticos.
 - II - Por ser um código proprietário, R possui várias vantagens como atualização frequentes e um vasto conjunto de bibliotecas voltadas para manipulação de dados
 - III - R é agnóstico com relação à plataforma, podendo rodar em MacOS, Windows ou linux.
- a) somente I correta.
 - b) somente I e II corretas.
 - c) somente II e III corretas.
 - d) somente I e III corretas.
 - e) Todas corretas

65. Na linguagem R, qual dos itens abaixo é categorizado como estrutura de dados

- a) Factors
- b) Logical
- c) Raw
- d) Integer
- e) Complex

66. Analise o código a seguir escrito em R

```
data <- c(1,2,3,1,2,3,4,5,6,4)
factor data<- factor(data)
print(factor data)
```

O *levels* do factor que serão impressos na console serão:

- a) Levels: 1 2 3 4 5 6
- b) Levels: 1 2 3
- c) Levels: 1 2 3 1 2 3
- d) Levels: 12 3 1 2 3 4 4
- e) Levels: 1 2 3 4

67. No modelo relacional, uma coluna possui sempre valores distintos entre as tuplas, não podendo repeti-lo. Isso refere-se a uma:

- a) restrição de domínio
- b) chave estrangeira
- c) cardinalidade
- d) entidade
- e) chave primária

68. A tabela da figura abaixo é chamada ELEMENTOS. Para listar todos os itens da coluna A sem repetição é necessário executar o seguinte SQL

A	B
1	2
2	2
3	3
4	3
4	2
4	1
5	0

- a) select * from ELEMENTOS;
- b) select a from ELEMENTOS ignore;
- c) select count(a) from ELEMENTOS;
- d) select evict A from ELEMENTOS;
- e) select distinct A from ELEMENTOS;

69. A partir da tabela CUSTOMERS abaixo, para listar os dados de todos os registros cujo customerName tenha o caractere 'n' na segunda posição.

CustomerID	CustomerName	ContactName	Address	City	PostalCode	Country
1	Alfreds Futterkiste	Maria Anders	Obere Str. 57	Berlin	12209	Germany
2	Ana Trujillo Emparedados y helados	Ana Trujillo	Avda. de la Constitución 2222	México D.F.	05021	Mexico
3	Antonio Moreno Taquería	Antonio Moreno	Mataderos 2312	México D.F.	05023	Mexico
4	Around the Horn	Thomas Hardy	120 Hanover Sq.	London	WA1 1DP	UK
5	Berglunds snabbköp	Christina Berglund	Berguvsvägen 8	Luleå	S-958 22	Sweden

- a) SELECT customerName FROM CUSTOMERS where customerName like '_n%';
- b) SELECT FROM CUSTOMERS where customerName like '%n%';
- c) SELECT * FROM CUSTOMERS where customerName like '%n';
- d) SELECT FROM CUSTOMERS where customerName like '_n';
- e) SELECT * FROM CUSTOMERS where customerName like '_n%';

70. Para remover todos os dados de uma tabela XPTO o comando adequado seria

- a) DELETE * from XPTO
- b) DROP TABLE XPTO
- c) REMOVE * FROM TABLE
- d) TRUNCATE TABLE XPTO
- e) REMOVE TABLE XPTO

71. Qual dos comandos SQL abaixo é categorizado como um DCL?

- a) savePoint
- b) commit
- c) rollback
- d) grant
- e) revok

72. Qual técnica é utilizada em ciência de dados que garante que as variáveis envolvidas para a análise são independentes entre si?

- a) c4.5
- b) apriori
- c) naive bayes
- d) feed-forward
- e) nltk

73. Em qual técnica/tarefa de mineração é empregada a técnica de estratificação de dados?

- a) clusterização
- b) regressão
- c) redes neurais
- d) árvores de decisão
- e) classificação

74. Em Regras de Associação, qual componente refere-se a quantas vezes uma regra de associação se verifica no conjunto de dados analisado.

- a) confiança
- b) suporte
- c) fonte
- d) primariedade
- e) difusão

75. A partir do código Python abaixo, qual será a saída

```
import numpy as np
numeros = np.array( 10,20,30,40 )
multiplicador = np.array( [1, 2, 3, 4 ] )
resultado = numeros * multiplicador
print(resultado)
```

- a) erro de compilação
- b) erro de execução
- c) 10 40 90 160
- d) 10 20 30 40
- e) [10 40 90 160]

AUDITORIA GOVERNAMENTAL

Guilherme Sant'Anna

76. Em um trabalho de auditoria, quando um auditor precisa obter razoável segurança da efetividade operacional dos procedimentos de controle interno estabelecidos pela administração, ele deve programar a realização de:

- a) atividades de monitoramento
- b) correlação das informações
- c) procedimentos de revisão analítica
- d) testes de observância
- e) testes substantivos.

77. Em um trabalho de auditoria, um auditor precisou solicitar informações a um fornecedor da entidade auditada. A solicitação indicava a necessidade de resposta apenas em caso de discordância com o conteúdo informado. Esse procedimento corresponde a uma:

- a) confirmação externa;
- b) circularização aberta;
- c) circularização fechada;
- d) solicitação de confirmação positiva;
- e) solicitação de confirmação negativa

<p>78. Em geral, os relatórios de auditoria apresentam a opinião do auditor. Quando o relatório é utilizado para transmitir o nível de asseguração, a opinião deve ser apresentada em um formato padronizado. Assim, quando o auditor for incapaz de obter evidência de auditoria suficiente e apropriada acerca de certos itens do objeto auditado, que podem ser relevantes e generalizados, ele deve emitir uma opinião:</p> <ul style="list-style-type: none">a) modificada com ressalvab) não modificadac) modificada com abstenção de opiniãod) modificada adversae) não modificada qualificada	<p>80. Um achado de auditoria deve ser desenvolvido de forma a apresentar uma base sólida às conclusões e às propostas de encaminhamento dos auditores, sendo considerado relevante aquele que:</p> <ul style="list-style-type: none">a) mostra-se convincente a quem não participou do trabalhob) mereça ser relatadoc) é apresentado de forma objetivad) está devidamente fundamentado por evidênciase) está relacionado de forma clara e lógica aos objetivos e critérios da auditoria
<p>79. De acordo com as especificidades do objeto e do escopo do trabalho de auditoria, essa pode ser classificada em diversos tipos. A atividade de auditoria definida como um processo de se avaliar o seu desempenho e de promover o aperfeiçoamento da gestão pública é classificada como auditoria:</p> <ul style="list-style-type: none">a) de complianceb) de regularidadec) de sistemasd) operacionale) especial	<p>81. A técnica de amostragem que utiliza o menor tamanho de amostra possível para fornecer uma chance especificada de detectar uma taxa de desvio que ultrapassa a taxa tolerável de desvio é denominada:</p> <ul style="list-style-type: none">a) amostragem por atributosb) MUS (<i>monetary unit sample</i>)c) amostragem de taxa de desviod) amostragem estatísticae) amostragem não estatística

CONTABILIDADE DO SETOR PÚBLICO	
	Gilmar Possati
<p>82. Considera-se realizada a variação patrimonial diminutiva (VPD):</p> <p>a) Nas transações com contribuintes e terceiros, quando estes efetuarem o pagamento ou assumirem compromisso firme de efetivá-lo, quer pela ocorrência de um fato gerador de natureza tributária, investidura na propriedade de bens anteriormente pertencentes à entidade, ou fruição de serviços por esta prestados.</p> <p>b) Quando da extinção, parcial ou total, de um passivo, qualquer que seja o motivo, sem o desaparecimento concomitante de um ativo de valor igual ou maior.</p> <p>c) Pela geração natural de novos ativos independentemente da intervenção de terceiros.</p> <p>d) Quando deixar de existir o correspondente valor ativo, por transferência de sua propriedade para terceiro.</p> <p>e) No recebimento efetivo de doações e subvenções.</p>	<p>d) creditar o valor de R\$ 80.000,00 como "Encargos Financeiros a Apropriar".</p> <p>e) reconhecer um imobilizado após a quitação das quatro parcelas previstas.</p>
<p>83. O Município Audazes dos Pampas adquiriu a prazo uma máquina para uso em suas atividades por R\$ 480.000,00, para pagamento em quatro parcelas mensais iguais de R\$ 120.000,00. Se essa máquina fosse adquirida à vista custaria R\$ 400.000,00. Nesse caso, o município deverá:</p> <p>a) na data de aquisição registrar uma Variação Patrimonial Diminutiva (VPD) pela diferença entre o valor a prazo e o valor à vista.</p> <p>b) reconhecer um ativo imobilizado pelo valor de R\$ 480.000,00.</p> <p>c) reconhecer um passivo (Fornecedores e Contas a Pagar Curto Prazo) no valor de R\$ 480.000,00.</p>	<p>84. Os gastos relativos a projeto de pesquisa ou desenvolvimento em andamento, adquiridos em separado e reconhecidos como ativo intangível ou incorridos após a aquisição desse projeto devem ser contabilizados de acordo com a fase de pesquisa ou de desenvolvimento. As opções abaixo descrevem exemplos de atividades de pesquisa, <u>à exceção de uma</u>. Assinale-a:</p> <p>a) Atividades destinadas à obtenção de novo conhecimento.</p> <p>b) Busca, avaliação e seleção final das aplicações dos resultados de pesquisa ou outros conhecimentos.</p> <p>c) Busca de alternativas para materiais, dispositivos, produtos, processos, sistemas ou serviços.</p> <p>d) Busca de alternativas para materiais, dispositivos, produtos, processos, sistemas ou serviços.</p> <p>e) Projeto, construção e teste de protótipos e modelos pré-produção ou pré-utilização.</p>

Simulado Nacional TCU – Pós-Edital – 05/03/22

85. Entre os registros contábeis típicos do setor público está a arrecadação de tributos posterior ao fato gerador. Para a correta escrituração desse fato haverá:

- a) apenas registro no âmbito da natureza orçamentária, movimentando-se contas das classes 6 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).
- b) um registro de natureza orçamentária e outro de natureza de controle, sem registro na natureza patrimonial do PCASP.
- c) registros em todas as naturezas de informação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP): contábil, orçamentária e de controle.
- d) registro de uma variação patrimonial aumentativa.
- e) no âmbito da natureza de informação patrimonial, um registro que configura uma variação qualitativa.

86. Acerca do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) julgue as assertivas a seguir:

- I. O SIAFI abrange desde o registro do orçamento inicial da receita e despesa em todas as Unidades Gestoras (UG) até a emissão das demonstrações contábeis mensais e anuais, além dos procedimentos específicos de encerramento e abertura de exercício.
- II. Entre os objetivos do SIAFI está o de permitir aos segmentos da sociedade obterem a necessária transparência dos gastos públicos.
- III. Entre os instrumentos de segurança do SIAFI estão: conformidade de operadores, conformidade de registro de gestão e conformidade contábil.

Está correto o que se afirma em

- a) I, somente.
- b) I e II, somente.
- c) I e III, somente.
- d) II e III, somente.
- e) I, II e III.

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Marcondes Fortaleza

87. Uma sociedade empresária apresentava os seguintes índices de endividamento geral e de composição do endividamento, nos anos de 2020 a 2021:

	2022	2021	2020
Composição do Endividamento	30%	25%	20%
Endividamento Geral	55%	60%	65%

Sobre essa sociedade empresária, assinale a afirmativa correta.

- a) Há um aumento nos passivos onerosos.
- b) Há uma diminuição na garantia do capital de terceiros.
- c) Há um aumento na rentabilidade.
- d) Há um aumento nos prazos de pagamento das dívidas.
- e) Há um aumento na parcela do ativo financiada por recursos próprios.

Simulado Nacional TCU – Pós-Edital – 05/03/22

<p>88. Analise as afirmações a seguir sobre os conceitos básicos, vantagens e desvantagens atinentes à análise de demonstrações:</p> <p>I. A análise das demonstrações, embora seja uma importante ferramenta gerencial, não é uma técnica contábil.</p> <p>II. A análise de demonstrações financeiras, também conhecida como 'análise de balanços', se restringe ao estudo do balanço patrimonial.</p> <p>III. Uma das limitações da análise é a não utilização de quantidades ou unidades físicas, juntamente com os valores.</p> <p>IV. Uma análise do fluxo de caixa projetado auxilia a desvendar os períodos em que se torna necessário reforço de recursos de caixa ou em que devemos aplicar recursos ociosos.</p> <p>Estão incorretas as assertivas.</p> <p>a) I</p> <p>b) I e II</p> <p>c) III e IV</p> <p>d) I, III e IV</p> <p>e) I, II, III e IV</p> <p>89. Analise as afirmações a seguir acerca da análise horizontal e vertical:</p> <p>I. A finalidade principal da análise horizontal é apontar o crescimento de itens dos Balanços e das Demonstrações de Resultado através dos períodos, a fim de caracterizar tendências.</p> <p>II. Um problema que muito afeta a análise vertical é a inflação.</p> <p>III. A análise vertical é importante para avaliar a estrutura de composição de itens e sua evolução no tempo.</p> <p>IV. A análise vertical se limita à comparação das partes com o todo.</p>	<p>Estão corretas apenas as assertivas.</p> <p>a) I</p> <p>b) I e II</p> <p>c) II, III e IV</p> <p>d) I, III e IV</p> <p>e) I, II, III e IV</p> <p>90. Considere as informações abaixo obtidas a partir das demonstrações contábeis da empresa MAVIFOR em determinada data:</p> <table border="0" data-bbox="838 781 1519 1388"> <tr> <td>■ Ativo Circulante:</td> <td>10.000</td> </tr> <tr> <td>■ Índice de Liquidez Corrente</td> <td>2</td> </tr> <tr> <td>■ Composição do Endividamento:</td> <td>40%</td> </tr> <tr> <td>■ Grau de Endividamento (em relação aos recursos de terceiros):</td> <td>80%</td> </tr> </table> <p>Com base nessas informações, é correto afirmar que o valor do patrimônio líquido é:</p> <p>a) R\$ 15.625,00 .</p> <p>b) R\$ 12.500,00.</p> <p>c) R\$ 30.000,00.</p> <p>d) R\$ 7.500,00.</p> <p>e) R\$ 12.500,00.</p>	■ Ativo Circulante:	10.000	■ Índice de Liquidez Corrente	2	■ Composição do Endividamento:	40%	■ Grau de Endividamento (em relação aos recursos de terceiros):	80%
■ Ativo Circulante:	10.000								
■ Índice de Liquidez Corrente	2								
■ Composição do Endividamento:	40%								
■ Grau de Endividamento (em relação aos recursos de terceiros):	80%								

91. Na fiscalização dos estoques de uma empresa, o servidor responsável recebeu apenas as seguintes informações:

- a empresa possui R\$ 50 de passivo não circulante;
- a empresa possui R\$ 50 de ativo realizável a longo prazo;
- a empresa não possui despesas pagas antecipadamente.

Os índices de liquidez são os mostrados na tabela seguinte.

Índice	Valor Calculado
Comum	5,0
Teste Ácido	1,4
Instantânea	1,4
Geral	3,0

Nesse caso, o valor dos estoques da empresa é igual a

- a) R\$ 50.
- b) R\$ 60.
- c) R\$ 70.
- d) R\$ 180.
- e) R\$ 250.

92. Analise as afirmações a seguir acerca das informações divulgadas nas Notas Explicativas:

- I. Quando uma entidade penhora ativos financeiros em garantia de obrigações assumidas, ela deve divulgar esse fato em notas explicativas, informando o valor contábil dos ativos, os termos e as condições da garantia.
- II. As informações que não constem nas demonstrações contábeis mas que sejam relevantes para sua compreensão deverão ser objeto de notas explicativas.

III. Os objetivos, políticas e processos de gestão de capital, por serem informações sensíveis e, muitas vezes, restritas ao corpo diretivo da sociedade, são de divulgação facultativa em notas explicativas.

Estão corretas apenas as assertivas.

- a) I
- b) II
- c) I e II
- d) II e III
- e) III

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Luciana Marinho

93. Os princípios orçamentários visam estabelecer diretrizes norteadoras básicas, a fim de conferir rationalidade, eficiência e transparência para os processos de elaboração, execução e controle do orçamento público.

Assinale a opção que indica o princípio orçamentário que estabelece que a LOA não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa. Além disso, que ressalvam-se dessa proibição a autorização para abertura de crédito suplementar e a contratação de operações de crédito, nos termos da lei.

- a) Princípio da Universalidade
- b) Princípio do orçamento bruto
- c) Princípio da não afetação das receitas
- d) Princípio da Exclusividade
- e) Princípio da Legalidade

<p>94. Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, cabe à Lei de Diretrizes Orçamentárias dispor ou conter, exceto:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Critérios e forma de limitação de empenho b) Normas relativas à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos c) Reserva de contingência d) Exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas e) Equilíbrio entre receitas e despesas 	<p>96. Considere as afirmativas a seguir sobre o Orçamento Público no Brasil.</p> <ul style="list-style-type: none"> I. Todas as receitas e despesas constarão da Lei de Orçamento pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções. II. É classificada como inversão financeira a constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros. III. O superávit do Orçamento Corrente resultante do balanceamento dos totais das receitas e despesas correntes constituirá item de receita orçamentária. <p>De acordo com a Lei nº 4.320/1964, está correto o que se afirma APENAS em</p> <ul style="list-style-type: none"> a) I b) II c) III d) I e II e) I e III
<p>95. A Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº 101/2000 – impõe, em seu artigo 22, uma série de medidas restritivas para os Poderes e órgãos que ultrapassarem o chamado “limite prudencial”, correspondente a 95% dos limites máximos de despesas de pessoal, constantes dos artigos 19 e 20 do mesmo diploma, calculados em percentuais da receita corrente líquida dos respectivos entes políticos. Dessa forma, são vedados ao Poder ou Órgão incorrido no excesso, exceto:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Revisão geral anual da remuneração e do subsídio dos agentes públicos. b) Criação de cargo ou emprego c) Alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa d) Provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança e) Criação de função 	

97. No que se refere às regras estabelecidas na Lei nº 4.320/1964, tem-se que

- A abertura dos créditos especiais e extraordinários depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa
- Constitui unidade orçamentária o agrupamento de serviços subordinados ao mesmo órgão ou repartição a que serão consignadas dotações próprias.
- Jamais poderão ser consignadas dotações a unidades administrativas subordinadas ao mesmo órgão.
- Para efeito de classificação da despesa, considera-se material permanente o de duração superior a um ano.
- É possível admitir emendas ao projeto de Lei de Orçamento que vise conceder dotação para o início de obra cujo projeto não esteja aprovado pelos órgãos competentes

- 42
- 45
- 48

99. Considere que, em uma determinada economia, a depreciação e a renda líquida enviada ao exterior possuem o mesmo valor. Nesse caso, é possível concluir que:

- o Produto Nacional Bruto será igual ao Produto Interno Líquido.
- o Produto Nacional Bruto será superior ao Produto Interno Líquido.
- o Produto Nacional Bruto será inferior ao Produto Interno Líquido.
- o Produto Interno Bruto será igual ao Produto Nacional Líquido.
- o Produto Interno Bruto será superior ao Produto Nacional Líquido

100. A respeito do multiplicador keynesiano em uma economia fechada, é correto afirmar que, sempre que a propensão marginal a consumir for igual à propensão marginal a poupar, o multiplicador terá valor igual a:

- 0
- 0,5
- 1
- 1,5
- 2.

ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO

Celso Natale

98. Considere que o custo total de uma firma em concorrência perfeita seja dado pela seguinte função:

$$CT = 1 + 3x + 6x^2$$

Sendo CT = custo total e x = quantidade produzida.

Ao produzir no nível ótimo, esta firma obteve um lucro total de \$53. Com base nessas informações, pode-se afirmar que o preço de mercado é de:

- 36
- 39

Preencha o gabarito

<https://bit.ly/Simulado-TCU-05-03-22>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>